

Morfologia Vegetal em Tupi-Guarani

Muriel Zerbetto de Assumpção (PGET-UFSC/CAPES)¹

RESUMO

Nomear partes de plantas é tarefa recorrente e atemporal em toda e qualquer cultura humana (GONÇALVES; LORENZI, 2007). No entanto, a terminologia empregada para tal tarefa tem sido historicamente dominada pelo grego e latim, línguas ainda amplamente utilizadas por questões de normatização. Enquanto expressões de povos plenamente adaptados aos seus ambientes, as línguas da família Tupi-Guarani deveriam conter referências à morfologia vegetal. O objetivo deste trabalho é propor uma análise da terminologia descritiva empregada em morfologia vegetal no Brasil e identificar a influência que as línguas da família Tupi-Guarani têm sobre ela. Essas línguas – tradicionalmente marginalizadas dos círculos científicos – apresentam grande influência na botânica devido ao vasto conhecimento que seus povos têm sobre a flora brasileira.

Palavras-chave: morfologia vegetal, Tupi-Guarani, terminologia, transdisciplinaridade.

ABSTRACT

Naming parts of plants is a recurring and timeless task in any human culture (GONÇALVES; LORENZI, 2007). However, the terminology used for such a task has historically been dominated by Greek and Latin, languages that are still widely used for matters of standardisation. The languages of the Tupi-Guarani family, as expressions of groups fully adapted to their environments, are expected to contain references to plant morphology. The objective of this work is to propose an analysis of the descriptive terminology used in plant morphology in Brazil and to identify the influence that the languages of the Tupi-Guarani family have on it. These languages – traditionally marginalised from scientific circles – have a great influence on botany due to the vast knowledge these peoples have about Brazilian flora.

Keywords: Plant Morphology, Tupi-Guarani, Terminology, Transdisciplinarity.

Após levantamento dos estudos que, de alguma forma, envolviam as áreas de linguística e biologia, foi possível concluir que poucos pesquisadores se dedicaram a essa temática (MELATTI, 1975; FIDALGO, 1967-68; FILGUEIRAS, 2007; SILVA, FREIRE, 2011; AGUIAR, MENDONÇA, 2011). No entanto, nenhum deles traça a relação específica que procuro fazer aqui. Neste trabalho, procurei me focar na terminologia de morfologia vegetal e na influência sofrida pelas línguas da família Tupi-Guarani.

¹ muriel.assumpcao@gmail.com

INTRODUÇÃO

No prefácio à obra de Rodrigues (2002), Ruth Monserrat faz referência à sua obra de 1966 (*Estudos Lingüísticos: Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada*) ao ressaltar a maior tarefa dos linguistas brasileiros: voltar-se ao estudo das línguas indígenas. Segundo Rodrigues (1966 apud 2002, p.5), “(...) cada nova estrutura linguística que se descobre pode levar-nos a alterar conceitos antes firmados e abrir-nos horizontes novos para a visualização geral do fenômeno da linguagem humana”.

No entanto, as línguas não são simétricas, no sentido de que não gozam do mesmo prestígio. Segundo Garcés (2007, p.225),

as línguas e os conhecimentos funcionam como funciona a economia: mediante um sistema valorativo, que classifica assimetricamente a produção, consumo, distribuição e circulação de *bens*².

Tanto as línguas quanto o próprio conhecimento gozariam, portanto, de distinta valorização, outorgada por centros de poder a nível local, regional e global (GARCÉS, 2007). Dessa forma, o conhecimento científico institucionalizado seria tido como único conhecimento³ e se veicularia expressivamente por meio do inglês⁴, alemão de francês – em sua posição de línguas hegemônicas da modernidade⁵. Essas línguas seriam vistas como línguas do conhecimento do saber institucional que passa pelo Estado e universidade enquanto que as outras línguas, no melhor dos casos, serviriam para a literatura e expressão cultural dos povos que as falam, mas não para a prática científica (GARCÉS, 2007), já que “o conhecimento dessas línguas minorizadas é algo que se pode estudar, mas não se trata de um conhecimento válido para incorporar o conhecimento paradigmático do pensar e viver”⁶ (GARCÉS, 2007, p.226).

Ao analisar o número de falantes, fica claro que não se trata de uma questão estatística, mas hegemônica, ao passo que as línguas coloniais são predominantes no campo do conhecimento, produção intelectual e a própria cultura do conhecimento acadêmico (MIGNOLO, 1999b apud GARCÉS, 2007).

² Grifos do autor, minha tradução.

³ “A institucionalização da ciência supõe o reconhecimento da pesquisa exata e empírica, como um método de investigação que leva à descoberta de conhecimento novo e importante. Esse reconhecimento é *distinto e independente* de outras formas de adquirir conhecimento (e.g. tradição, especulação e revelação) e impõe determinadas obrigações morais a seus praticantes: universalismo, publicação, referência.” (BEN-DAVID, 1974 apud FETZ, 2011, p.12, grifos meus).

⁴ Inglês como *lingua franca*.

⁵ Essas línguas se configuram como “línguas da disseminação” do conhecimento científico ou “línguas de publicação”, termos designados por Lambert (2006).

⁶ Minha tradução.

Mignolo (1999b apud GARCÉS, 2007) ressalta que o impacto das línguas coloniais mencionadas também não foi o mesmo, ao passo que línguas bem estabelecidas graças ao peso da escrita – como o chinês, japonês e árabe – não foram deslocadas por elas. Esse não foi o caso para as línguas indígenas que, por não contarem com um sistema escrito, sofreram impacto maior do latim e espanhol durante a colonização.

Estamos, portanto, diante de uma colonialidade linguística que se mostra dupla: por um lado, a modernidade subalternizou determinadas línguas em favor de outras, mas por outro lado, colonizou a palavra dos falantes dessas línguas. (...) A palavra de um falante de quéchua, por exemplo, ainda que se expresse em espanhol, sempre será menos valorizada que a palavra de um falante de espanhol, sobretudo se é urbano, branco, mestiço, homem, titulado, etc.; ou seja, a valorização da palavra segue dependendo da trilogia colonial assinalada por Quijano: classe, raça e gênero⁷ (GARCÉS, 2007, p.227).

As línguas indígenas brasileiras compartilham deste mesmo *status*, são desvalorizadas como são desvalorizados seus povos e não apresentam grande participação nos círculos científicos e acadêmicos, sobretudo na área de ciências exatas e biológicas.

Montserrat (RODRIGUES, 2002) ainda reconhece que a importância e urgência do estudo das línguas indígenas se justificam pela própria questão indígena⁸. Não como questão meramente cultural, mas como questão política que interessa à formulação e viabilização de um projeto democrático global para o Brasil, já que um Brasil verdadeiramente democrático implica também no reconhecimento jurídico e institucional da pluralidade cultural e linguística da nação.

Quando se fala em reconhecimento institucional cabe abrir um parêntese para explorar algumas das características dos modelos de universidade vigentes. O primeiro elemento é a estrutura arbórea do conhecimento e da universidade, que favorece a ideia de que os conhecimentos têm hierarquias, especialidades, limites que marcam a diferença entre campos do saber, fronteiras epistêmicas que não podem ser transgredidas, cânones que definem seus procedimentos e funções particulares. O segundo elemento é o reconhecimento da universidade como lugar privilegiado de produção do conhecimento.

⁷ Minha tradução.

⁸ “(...) a partir de 1549, com a chegada dos jesuítas e a instalação do poder régio no Brasil, concretizou-se uma verdadeira ‘questão indígena’. Apesar do consenso em torno da natureza do índio enquanto ‘livre em seu estado natural’, a questão que se apresentava era como e em que condições os índios recém-contatados seriam utilizados pela sociedade luso-brasileira. Esta é, aliás, a base da “questão indígena” posta até hoje: como nós devemos nos relacionar com os povos indígenas? O uso do termo em aspas diz respeito ao fato de não se tratar de uma questão propriamente dos índios, mas uma problemática para nós, sociedade nacional.” (SUCHANEK, 2012, p.242).

A universidade é vista não somente como lugar onde se produz o conhecimento que conduz ao progresso moral ou material da sociedade, mas como núcleo vigilante dessa legitimidade. Esses dois elementos apontam para uma instituição que estabelece fronteiras entre conhecimento útil e inútil, entre o conhecimento legítimo – aquele que goza de validade científica – e o conhecimento ilegítimo (CASTRO-GOMÉZ, 2007).

Esses dois elementos podem ser exemplificados pela própria estrutura organizacional da universidade, que está organizada em faculdades, centros, departamentos, programas e cursos que têm pouco contato entre si. Também as disciplinas são exemplo disso, ao

materializarem a ideia de que a realidade deve ser dividida em fragmentos e que a certeza do conhecimento se alcança na medida em que nos concentramos na análise de uma dessas partes, ignorando suas conexões com todas as demais⁹ (CASTRO-GOMÉZ, 2007, p.83).

De encontro ao modelo tradicional de universidade situa-se o tema da transdisciplinaridade. A transdisciplinaridade advoga pela união de diversos elementos e formas de conhecimento, incluindo os conhecimentos que a modernidade havia declarado como ilegítimos, e difere da interdisciplinaridade – conceito surgido nos anos cinquenta do século passado – por não se limitar a intercambiar dados entre duas ou mais disciplinas, deixando intactos seus “fundamentos” (CASTRO-GOMÉZ, 2007). Ainda segundo Castro-Gómez (2007), este tema se encontra unido a outro de igual importância: o diálogo de saberes. Não se trata somente de articular conhecimentos provenientes de diferentes disciplinas, gerando novos campos do saber, mas de possibilitar que diferentes formas culturais de conhecimento possam conviver no mesmo espaço universitário (CASTRO-GOMÉZ, 2007).

O presente estudo articula conhecimentos da área botânica e linguística promovendo uma releitura das línguas indígenas enquanto línguas aptas ao conhecimento científico e propondo um diálogo entre essas duas disciplinas acadêmicas. Ainda que questões relacionadas sejam tratadas ao longo do trabalho, ele é de cunho primordialmente terminológico já que se foca na análise da influência das línguas da família Tupi-Guarani na terminologia botânica.

Para o propósito desse estudo, as línguas da família Tupi-Guarani não serão tratadas separadamente, mas a família como um todo será mencionada. Nas seções a seguir apresentarei, respectivamente, (i) considerações sobre a família Tupi-Guarani, (ii) um

⁹ Minha tradução.

breve histórico das línguas indígenas no Brasil e (v) aspectos da morfologia vegetal. Como resultados, apresento os exemplos que ilustram essa influência.

A FAMÍLIA TUPI-GUARANI

Segundo Rodrigues (2002), uma família linguística é um grupo de línguas para as quais se formula a hipótese de que têm uma origem comum, no sentido de que todas as línguas da família são manifestações diversas, alteradas no decorrer do tempo, de uma só língua anterior.

A família linguística Tupi-Guarani é um dos desdobramentos do tronco Tupi, que é composto de mais nove subdivisões (MELLO, 2000). Sua profundidade temporal – a época em que a família começou a se dispersar, dando origem às línguas atuais – é avaliada como de 1500 a 2500 anos e a do tronco Tupi de 4000 a 5000 anos (URBAN 1993 apud MELLO, 2000).

A família consta de aproximadamente quarenta línguas fortemente relacionadas, com ampla distribuição geográfica na América do Sul. Atualmente, seus extremos são o litoral do Brasil, as margens do Amazonas na fronteira Brasil-Peru, o sul da Guiana Francesa e sul do Brasil, Paraguai e norte da Argentina (MELLO, 2000). Essa grande dispersão geográfica indica que os antepassados desses povos empreenderam muitas e longas migrações. Essa característica migratória pré-colombiana do povo Tupi-Guarani pôde ser observada também depois do início da colonização europeia no Brasil e na América espanhola (RODRIGUES, 2002). A similaridade entre suas línguas sugere rápida expansão, sendo muito mais ampla e rápida do que a das demais famílias do tronco Tupi, principalmente no sul e litoral do Brasil (MELLO, 2000).

Segundo Mello (2000), os povos Tupi-Guarani se encontram em diversas situações: povos recém-contatados, cujas línguas estão aparentemente pouco ameaçadas; povos que, apesar de contatos seculares, mantém suas línguas bastante vivas e povos que substituíram suas línguas pelo português.

Essa família apresenta três línguas gerais: a língua geral paulista, falada pelos colonizadores do interior de São Paulo e do planalto central do Brasil, extinta no século XIX; a língua geral amazônica (*Nheengatu*), utilizada no comércio amazônico até o final do século passado, ainda viva no alto rio Negro; e o Guarani Paraguaio (MELLO, 2000).

Segundo Rodrigues (2002), as 21 línguas vivas da família Tupi-Guarani, identificadas em território brasileiro, são faladas por cerca de 33.000 pessoas. No entanto, o último recenseamento (IBGE, 2010)¹⁰ identificou 35 diferentes etnias compreendendo 120.978 pessoas. Essa diferença entre os dois levantamentos, e entre os censos de 1991, 2000 e 2010, aponta para um aumento expressivo do número de indígenas que não poderia ser explicado apenas como um efeito demográfico (referente à mortalidade, natalidade e migração), mas a um possível aumento no número de pessoas que se declaram e se reconhecem como indígenas, especialmente nas áreas urbanas do país (IBGE, 2010).

BREVE HISTÓRICO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

Quando da chegada ao Brasil, os portugueses encontraram uma população de um a cinco milhões de nativos, que viviam uma vida neolítica e seminômade (BARBOSA; WYLER, 2005). Esses nativos possuíam numerosas línguas e dialetos, que atualmente são classificadas pelos linguistas como pertencentes a 102 grupos linguísticos e três grandes famílias linguísticas: Tupi, Macro-Ge e Arawak (BARBOSA; WYLER, 2005).

É provável que, a essa época, o número das línguas indígenas fosse o dobro do que é hoje. Uma das principais causas dessa redução foi o desaparecimento dos povos que as falavam, como consequência das campanhas de extermínio ou de caça a escravos, das epidemias de doenças contagiosas trazidas pelos colonizadores, da redução progressiva de seus territórios de coleta, caça e plantio (meios de subsistência) ou pela assimilação, forçada ou induzida, aos usos e costumes dos colonizadores (RODRIGUES, 2002).

Algumas das línguas desaparecidas foram documentadas de forma mais ou menos ampla, por vezes em vários volumes (três línguas se enquadram nesse caso), por vezes só mediante o registro de umas poucas palavras avulsas (RODRIGUES, 2002). Em sua maioria, entretanto, desapareceram sem que fossem registradas.

A documentação de algumas dessas línguas como, por exemplo, a língua franca *Abanheenga*, se deu por conta dos interesses religiosos dos padres jesuítas portugueses que, no sentido de reforçar seus esforços missionários, as aprenderam para se comunicar com os índios, e chegaram até mesmo a escrever gramáticas para elas, baseadas no modelo latino. Essa forma simplificada – denominada *Nheengatu* (a língua geral amazônica) – chegou a ser usada além dos círculos religiosos, para comunicação entre índios e europeus e até mesmo entre europeus no Brasil (BARBOSA; WYLER, 2005).

¹⁰ Segundo dados do último censo (IBGE, 2010).

O Tupinambá, também extensamente documentado no século XVI, foi a língua predominante nos contatos entre portugueses e índios nos séculos XVI e XVII e a língua da expansão bandeirante no sul e da ocupação da Amazônia no norte. Seu uso e do *Nheengatu* pela população luso-brasileira era tão geral no século XVIII, que o governo português chegou a baixar decretos (cartas régias) proibindo seu uso (RODRIGUES, 2002).

A educação neste período, e até 1759, era bilíngue. Ainda que nos colégios jesuítas as crianças fossem educadas em português e *Nheengatu*, esta era tida como língua preferida nas relações pessoais, sendo usada naturalmente em contextos sociais e domésticos (BARBOSA; WYLER, 2005).

O português somente se tornou língua oficial do país após uma série de esforços da Coroa que, sentindo-se ameaçada pela difusão dessa língua franca, proibiu e fechou todos os colégios jesuítas (BARBOSA; WYLER, 2005). A hegemonia do português foi posteriormente consolidada com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808.

Uma das consequências do contato prolongado entre português e línguas indígenas foi a incorporação ao português de considerável número de palavras do Tupinambá, sendo esta uma das razões para as quais o português brasileiro difere tanto do europeu (BARBOSA; WYLER, 2005). Segundo Rodrigues (2002), os nomes de origem tupinambá estariam presentes em um terço dos nomes de aves (e.g. uirapuru, *wirapu'ru*) e quase a metade dos nomes de peixes (e.g. Curimbatá, *kuruma'tá*), mas é especialmente notável a quantidade de lugares com nomes de origem tupinambá (e.g. Pirassununga, *pirá + sunung*).

Rodrigues (2002, p.17) inicia seu relato das línguas indígenas afirmando que

os índios do Brasil não são um povo: são muitos povos, diferentes de nós e diferentes entre si. Cada qual tem usos e costumes próprios, com habilidades tecnológicas, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social e filosofia peculiares, resultantes de experiências de vida acumuladas e desenvolvidas em milhares de anos.

Como todas as demais, as línguas indígenas são inteiramente adequadas à plena expressão individual e social no meio físico e social em que tradicionalmente têm vivido esses povos. Embora diferentes, compartilham do que todas as quase seis mil línguas do mundo têm em comum: são manifestações da mesma capacidade de

comunicar-se pela linguagem (RODRIGUES, 2002). Sendo assim, é natural que as línguas indígenas sejam carregadas de termos e referências ao meio ambiente no qual esses povos se encontram.

Devido a esse conhecimento botânico e ao contato e troca existente entre os grupos indígenas e os colonizadores e pesquisadores durante as expedições exploratórias ao longo da história do Brasil, é de se esperar que a terminologia botânica tenha sido influenciada pelas línguas indígenas.

O objetivo deste estudo é propor uma reflexão sobre a influência que as línguas da família Tupi-Guarani tiveram na terminologia botânica. Inicialmente, seriam analisadas as terminologias referentes à morfologia vegetal, nomenclatura científica e popular de plantas nativas brasileiras. No entanto, devido ao elevado número de nomes populares e científicos de origem indígena, optou-se, por ora, pela análise de terminologia em morfologia vegetal. Para tanto, foram consultados dicionários botânicos e de Tupi-Guarani, floras impressas e *online*¹¹, bem como livros e periódicos especializados.

NOMENCLATURA BOTÂNICA

Nomear partes de uma planta é uma tarefa recorrente e atemporal em toda e qualquer cultura humana, principalmente pela necessidade de discriminar os diferentes usos de cada parte (remédio, alimento, etc.). Entretanto, o início da formulação de uma terminologia descritiva em plantas coube ao filósofo grego Teofrasto de Ereso (378-287 a.C.), discípulo de Aristóteles e comumente designado “pai da Botânica”. A ele coube a primeira descrição completa de vários vegetais conhecidos na época, utilizando palavras comuns do vernáculo grego (GONÇALVES; LORENZI, 2007).

Quase três séculos depois, no primeiro século da era cristã, seguiu-se uma nova compilação relevante dos dados botânicos, realizadas pelo enciclopedista romano Plínio, o Velho (23-79 d.C.), que redefiniu a terminologia descritiva. Adotando muitos termos gregos emprestados de Teofrasto e Aristóteles, Plínio também introduziu uma ampla gama de palavras latinas cotidianas para descrever estruturas botânicas (GONÇALVES; LORENZI, 2007).

Grande parte da morfologia atualmente utilizada teve suas bases na *Philosophia botanica* de Lineu (1751). Essa obra, em latim acessível, lançou as bases da morfologia

¹¹ Publicações *online* e impressas que contêm levantamentos florísticos de áreas ou famílias botânicas específicas.

vegetal moderna (GONÇALVES; LORENZI, 2007). Assim, o grego surge como a principal fonte de termos, enquanto o latim influenciou a descrição e serviu de ponte entre o grego e as línguas posteriores (GONÇALVES; LORENZI, 2007).

Atualmente, o inglês se configura como a língua mais utilizada na produção e comunicação acadêmica, mas por questões de normatização o latim é amplamente utilizado na nomenclatura científica botânica. Essa nomenclatura é regida pelo Código Internacional de Nomenclatura Botânica (*International Code of Botanical Nomenclature* – ICBN), que é um conjunto de normas e recomendações que governam a atribuição formal da nomenclatura binomial¹² às espécies botânicas. O Código tem como objetivo assegurar que cada grupo taxonômico tenha um único nome, válido e reconhecido internacionalmente.

O Código conta com seis princípios, sendo que o quinto princípio dita que “os nomes científicos de grupos taxonômicos sejam tratados em latim, independente de sua derivação” (IAPT, 2012)¹³. Dessa forma, a nomenclatura científica botânica é latina ou, quando não tem origem latina, latinizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após consulta ao Dicionário Ilustrado de Morfologia das Plantas Vasculares (GONÇALVES; LORENZI, 2007), foram encontrados apenas três termos de origem Tupi-Guarani, ilustrados a seguir (Figuras 1, 2 e 3).

¹² Formada por dois nomes: nome genérico (referente ao gênero) e epíteto específico (referente à espécie),

sempre seguidos pelo nome do autor da espécie, e.g. *Araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze.

¹³ Minha tradução.

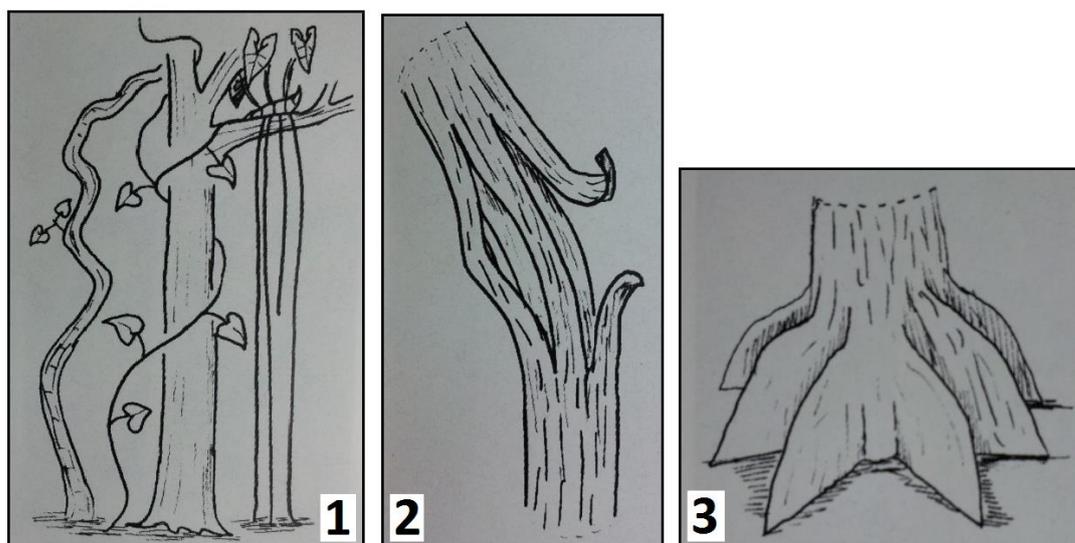


Figura 1, 2, 3: Ilustração de cipó, embira e sapopema (GONÇALVES; LORENZI, 2007).

O escopo desse dicionário limita-se a terminologia morfológica de plantas vasculares¹⁴ com foco em angiospermas (plantas com flores) e de estruturas detectáveis, no máximo, com um microscópio estereoscópico genérico¹⁵. Nesse livro, os termos são referidos genericamente como *tg.*, sem menção à quais línguas da família são provenientes.

No quadro abaixo (Quadro 1) constam os três termos encontrados e suas definições.

Termo	Definição
1. Cipó (tg. <i>yci</i> = fila. tg. <i>pó</i> = fileira)	Termo genérico para designar todo e qualquer tipo de planta ou parte desta que pende de uma árvore. O nome é livremente aplicado para o caule de plantas escandentes ¹ herbáceas, sarmentosas ² , lianas ³ e até raízes pendentes de hemiepífitas ⁴ .
2. Embira ou Envira (tg. <i>mbirá</i> = amarração)	Região da entrecasca de um caule ou de uma raiz que apresenta um grande número de fibras, sendo empregada para amarrar toras de madeira em construções rústicas. A presença de embira é utilizada por mateiros para identificar espécies.
3. Sapopema (tg. <i>sal</i> = raiz; tg. <i>peua</i> = chato)	Raízes achatadas que surgem um pouco acima da base do tronco. Ocorrem geralmente em plantas de grande porte, com raízes superficiais, provavelmente para dar mais sustentação. É o mesmo que raiz tabular.

Quadro 1: Termos da área de morfologia vegetal de origem tupi-guarani e suas definições (GONÇALVES; LORENZI, 2007)¹⁶.

Conforme mencionado anteriormente, devido ao fato de serem inteiramente adequadas à plena expressão de seus povos (RODRIGUES, 2002), as línguas da família Tupi-Guarani, bem como todas as línguas indígenas, encarregam-se da designação de todos

¹⁴ Com tecidos condutores.

¹⁵ Microscópio comum.

¹⁶ 1. Que crescem sobre superfícies verticais (GONÇALVEZ; LORENZI, 2007); 2. Que possuem caules longos e flexíveis, enraizados em um único ponto e rastejantes (GONÇALVEZ; LORENZI, 2007); 3. Trepadeiras; 4. Planta que cresce sobre outra, mas que lança raízes alimentadoras para o solo (GONÇALVEZ; LORENZI, 2007).

os aspectos da vida natural com o qual se deparam. Como herança linguística desses povos e devido ao grande conhecimento das plantas que os cercavam, a terminologia empregada em botânica para nomes científicos¹⁷ e populares no Brasil está carregada de termos provenientes das línguas dessa família.

No entanto, a terminologia empregada em morfologia vegetal, que se encontra fortemente carregada de helenismos e latinismos, não é reflexo dessa grande influência das línguas indígenas. Essa situação possivelmente se deve ao fato de que, quando aqui chegaram, os pesquisadores e naturalistas europeus já contavam com um sistema de descrição morfológica de plantas (baseado nos trabalhos mencionados) que lhes possibilitou a descrição das novas plantas encontradas.

A grande influência das línguas indígenas reside especificamente no que constituiu o grande advento ao conhecimento da época: novas espécies de plantas. Nesse sentido, houve grande necessidade de nomear as novas plantas encontradas e, conseqüentemente, foram utilizados os termos indígenas para tanto.

A partir da análise dos três termos encontrados em morfologia vegetal, explorados anteriormente, é possível observar que esses termos compartilham o fato de que referem-se a estruturas morfológicas comuns de plantas nativas brasileiras, mas desconhecidas dos europeus por serem ausentes naquele ambiente. Dessa forma, foram utilizados os termos indígenas para descrevê-las.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Os três exemplos encontrados que ilustram a influência das línguas da família Tupi-Guarani na terminologia de morfologia vegetal não somente referem-se a estruturas presentes em plantas nativas brasileiras e, portanto, de conhecimento dos povos Tupi-Guarani, mas também a estruturas infrequentes fora das florestas tropicais e, conseqüentemente, desconhecidas pelos pesquisadores e naturalistas europeus que empreenderam expedições científicas no Brasil. Ademais, essas são todas macroestruturas ou características de fácil visualização que assumem também grande importância na identificação dessas plantas. São, portanto, estruturas cujo conhecimento e identificação eram relevantes tanto para os povos indígenas quanto para os naturalistas europeus.

¹⁷ Quando têm origem não-latina, devem passar por um processo de latinização.

Ainda que, numericamente, esses exemplos não pareçam significativos, dentro de uma área historicamente dominada por termos de origem grega e latina, a própria presença desses termos, ainda que em número reduzido, aponta para a importância que as línguas e povos Tupi-Guarani têm no contexto botânico e o quanto seus conhecimentos podem contribuir para essa disciplina.

Dessa forma, concluo que somente a partir da análise não-fragmentada e transdisciplinar e do rompimento com o conceito tradicional de disciplina é possível compreender as inter-relações – históricas, sociais, econômicas e acadêmicas – que as diversas áreas do saber possuem e assim, alcançar um verdadeiro conhecimento sobre elas.

Parafraseando Monserrat (RODRIGUES, 2002), me atrevo a dizer que o estudo das línguas indígenas brasileiras não é somente a maior tarefa dos linguistas brasileiros, mas tarefa de todos aqueles, linguistas ou não, preocupados com a construção de um país verdadeiramente justo e igualitário a todos. Um país justo e igualitário refere-se principalmente a um país onde todos seus cidadãos, não importando sua origem, tenham acesso aos mesmos recursos e sejam igualmente valorizados e respeitados.

As línguas indígenas têm muito a contribuir para o conhecimento de nossa flora e, conseqüentemente, os povos indígenas também o têm. Sendo assim, outra conclusão a que chego é que, já que a universidade configura-se como principal centro de produção do conhecimento é tarefa dos pesquisadores, estudantes, professores e demais acadêmicos construir parcerias que promovam o acesso a esse conhecimento. Também é tarefa da sociedade, garantir aos indígenas o acesso à universidade.

Um dos motivos pelos quais me foquei na terminologia de morfologia vegetal foi a impossibilidade de desenvolver um trabalho sério que englobasse as terminologias científica e popular no período de tempo que tinha à disposição. Dessa forma, esse estudo deixa em aberto possibilidades futuras de pesquisa na mesma área, seja com determinados grupos de plantas (famílias, gêneros, etc.), com determinados grupos e línguas indígenas (mais específicos que a família toda) ou por área geográfica.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Madalena Otaviano; MENDONÇA, Maria Silvia de. “Terminologia Baniwa relacionada às palmeiras”. *Acta Botanica Brasilica*, v. 25, n.2, p.413-421, junho 2011.

BARBOSA, Heloisa Gonçalves; WYLER, Lia. "Brazilian Tradition". In: BAKER, Mona (ed.). Routledge Encyclopedia of Translation Studies. Taylor & Francis e-Library, 2005. p. 326-333.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. "Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. 21 ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p.79-92.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI: a origem de várias palavras da cultura brasileira. Disponível em: <http://dicionariotupiguarani.blogspot.com.br/>.

FETZ, Marcelo. "Spix e Martius: entre a razão do método e a fruição das artes". Anais do XXVIII Congresso Internacional da Alas. Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

FIDALGO, Oswaldo. "Conhecimento micológico dos índios brasileiros". Revista de Antropologia, v.15 e 16, p.27-34, 1967-68.

FILGUEIRAS, Tarciso de Sousa; GONÇALVES, Ana Paula Santos. "Tupi-guarani: Fonte de informações sobre bambus nativos do Brasil". Heringeriana, v.1, n.1, p.35-41, julho 2007.

GÁRCES, Fernando. "Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistêmica". In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. 21 ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p.217-242.

GONÇALVES, Eduardo Gomes; LORENZI, Harri. Morfologia Vegetal: organografia e dicionário ilustrado de plantas vasculares. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 2007.

IAPT. International Association for Plant Taxonomy. Disponível em: <http://www.iapt-taxon.org/nomen/main.php?page=div1>. Acesso em 13 de abril de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Indígena 2010. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em 23 de agosto de 2013.

LAMBERT, José. "The Languages of University and the Idea of Language Management: before and beyond national languages". A Position Paper. 2006.

MELATTI, Julio Cezar. "Sistema de Classificação de Animais e Plantas pelos Índios". Informativo FUNAI, n.1 14, p.13-20. Brasília, 1975.

MELLO, Antonio Augusto Souza. Estudo Histórico da Família Lingüística Tupi-Guarani: aspectos fonológicos e lexicais. Tese (doutorado). Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2000.

PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antonio Carlos. "Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a

perspectiva da etnoconservação”. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, julho/dezembro 2010. Editora UFPR.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SILVA, Ana Paula; FREIRE, José Ribamar Bessa. “As palavras e a letra: Etnosaberes Tupinambá nas fontes coloniais”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

SUCHANEK, Márcia Gomes O. “Povos indígenas no Brasil: de escravos à tutelados. Uma difícil reconquista da liberdade”. *Confluências*, v.12, n.1, p.240-274. Niterói,